

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GÊNERO E LIBERDADE: narrativas e práticas feministas no mundo do trabalho e da cultura popular

Larissa Leda F. Rocha, UFMA; Doutora; larissa.leda@ufma.br

Coordenadora

Ramon Bezerra Costa, UFMA; Doutor; ramon.bezerra@ufma.br

Flávia de Almeida Moura, UFMA; Doutora; flavia.moura@ufma.br

Letícia Conceição Martins Cardoso, UFMA; Doutora; leticia.cardoso@ufma.br

RESUMO

Esta mesa temática tem como objetivo apresentar reflexões teóricas e epistemológicas ligadas aos estudos de gênero, junto à análises empíricas de objetos do mundo do trabalho e da cultura popular. Trata-se de uma mesa composta por quatro trabalhos. O primeiro concentra-se nas principais ideias de autoras centrais da chamada terceira onda do movimento feminista, localizada a partir das últimas duas décadas do século XX. As ondas do feminismo são expressões das práticas de liberdade estudadas por Michel Foucault que constroem sujeitos e exprimem uma ética, entendida aqui como uma prática racional, uma escolha, e esta é a base do segundo trabalho. O terceiro e quarto trabalhos focam-se em estudos empíricos a partir dessas referências. Um deles tem como objetivo uma primeira aproximação com o projeto Mulher Maravilha, formado por mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão, incentivadas pelo CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia (MA). São apresentadas reflexões acerca das condições dessas mulheres numa perspectiva interseccional. O outro trabalho reúne relatos de mulheres protagonistas da cultura popular no Maranhão - dirigentes de grupos de bumba meu boi, que participaram como copesquisadoras do projeto de pesquisa e extensão "Caminhos da Boiada: um mapeamento cultural dos grupos de bumba meu boi em São Luís em plataformas digitais". São observadas práticas feministas dessas líderes negras.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Trabalho escravo. Cultura popular.

ABSTRACT

This thematic table aims to present theoretical and epistemological reflections linked to gender studies, along with empirical analyzes of objects from the world of work and popular culture. It is a table composed of four works. The first focuses on the main ideas of central authors of the so-called third wave of the feminist movement, located from the last two decades of the twentieth century. The waves of feminism are expressions of the practices of freedom studied by Michel Foucault that build subjects and express an ethics, understood here as a rational practice, a choice and this is the basis of the second work. The third and fourth works focus on empirical studies based on these references. One of them aims at a first approximation with the Wonder Woman project, formed by women in the context of slave labor in Maranhão, encouraged by the CDVDH/CB (Center for the Defense of Life and Human Rights Carmen Bascarán), from Açailândia (MA). Reflections on the conditions of these women are presented from an intersectional perspective. The other work brings together reports from women protagonists of popular culture in Maranhão - leaders of bumba meu boi groups, who participated as co-researchers in the research and extension project "Caminhos da Boiada: a cultural mapping of bumba meu boi groups in São Luís in digital platforms". Feminist practices of these black leaders are observed.

Keywords: Gender studies. Slavery work. Popular culture.

PROMOÇÃO



APOIO

ESTUDOS DE GÊNERO: do identitário ao relacional

Larissa Leda F. Rocha¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as principais ideias de autoras centrais da chamada terceira onda do movimento feminista, localizada a partir das últimas duas décadas do século XX. Desejamos compreender como as perspectivas orientadoras dos estudos acadêmicos de gênero são articuladas a partir da noção da interseccionalidade. Autoras como Scott (1995), Harding (1986) e Butler (1998) nos oferecem o entendimento de gênero como método e a partir daí, em um processo progressivo de complexificação teórica, autoras como Lorde (1980), Collins (1990) e Carneiro (2003) constroem atravessamentos de raça, classe, gênero e sexualidade para pensarmos os estudos de gênero. Trata-se de um texto de reflexão teórica e metodológica, apoiado em revisão de literatura.

Palavras-chave: Estudos de Gênero; Interseccionalidade; Revisão de literatura.

ABSTRACT

This paper aims to present the main ideas of central authors of the so-called third wave of the feminist movement, located from the last two decades of the twentieth century. We want to understand how the guiding perspectives of academic gender studies are articulated from the notion of intersectionality. Authors such as Scott (1986), Harding (1986) and Butler (1998) offer us the understanding of gender as a method and from there, in a progressive process of theoretical complexification, authors such as Lorde (1980), Collins (1990) and Carneiro (2003) build crossings of race, class, gender and sexuality to think about gender studies. It is a text of theoretical and methodological reflection, supported by a literature review.

Keywords: Gender Studies; Intersectionality; Literature review.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foram quatro os tiros recebidos por Ângela Diniz, em dezembro de 1976. O assassinato, cometido pelo seu companheiro à época, Raul Fernando Amaral Street - o Doca Street, aconteceu depois da decisão de Ângela de romper o breve relacionamento de 3 meses. A alegação de legítima defesa da honra, ainda aceita à época, mas não mais após a Constituição de 1988, garantiu ao assassino uma pena irrisória: dois anos de detenção. Mas, Street saiu livre do fórum, andando e

¹ Pós-Doutora (ECA/USP) e Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Docente da UFMA e dos Programas de Pós-Graduação de Comunicação e de Artes Cênicas da UFMA. Desenvolve a pesquisa "A maldade e suas encarnações: vilania, teledramaturgia e monstrosidades" financiada pela FAPEMA. Coordenadora do grupo de pesquisa ObEEC (CNPq/UFMA). larissa.leda@ufma.br.

PROMOÇÃO



APOIO





aplaudido, pois preenchia as condições legais para isso, mesmo em um caso bastante publicizado à época e que galvanizou as atenções da mídia e da pequena cidade de Cabo Frio (RJ), município no qual o assassinato e o julgamento aconteceram². Em matérias da imprensa à época³, homens comemoraram a decisão e uma mulher - que, certamente, não era uma voz isolada - se dizia satisfeita “Eu queria que ele fosse absolvido, não sei por quê”. Mas, os porquês não estavam longe de serem compreendidos.

O feminicídio de Ângela, somente tipificado dessa maneira na legislação brasileira a partir de 2015⁴, e o julgamento de Street geraram reação feroz por parte do movimento feminista que, naquele momento, reorganizava-se depois de décadas de relativa passividade depois da conquista do voto feminino (no Brasil, em 1932). A cidade natal de Ângela, Belo Horizonte, foi o berço inicial de um movimento que viria não apenas a conseguir um segundo julgamento, mas ganharia as atenções da mídia e, mais tarde, teria uma minissérie da Globo batizada com o lema do movimento: Quem ama, não mata⁵.

Várias das feministas envolvidas com o movimento eram jornalistas e usaram a mídia de modo estratégico para conseguir uma reversão do sentimento social em relação ao caso. Ângela foi desenhada pelos defensores de Street como uma mulher devassa, sexualizada em demasia, capaz de levar um homem à irracionalidade de um assassinato por ciúmes. Em meados de 1970 não foi difícil convencer as pessoas de que sim, o assassinato era culpa da vítima. No entanto, em um intervalo de dois anos, Street deixou de ser vítima e passou a ser culpado

² O assassinato foi na Praia dos Ossos, em Armação de Búzios. Em 1976 a cidade era parte do município de Cabo Frio (RJ). A emancipação aconteceu em 1995, quando Búzios tornou-se um município autônomo.

³ Disponível em: bit.ly/3lkv4q3. Acesso em: 18 maio. 2023.

⁴ Trata-se da Lei 13.104/15. Disponível em: bit.ly/3pONIWh. Acesso em: 18 maio. 2023

⁵ A minissérie, de 20 capítulos, foi ao ar em 1982 e apresentava um casal cuja esposa é assassinada pelo marido. Exibida pela Globo de 12 de julho a 6 de agosto, escrita por Euclides Marinho, dirigida por Daniel Filho e Denis Carvalho.

como consequência de uma batalha midiática, social, política e jurídica. O segundo julgamento, em 1981, lhe rendeu 15 anos de prisão e os aplausos foram silenciados. A ideia de que matou por amor, aceita dois anos antes, dissolveu-se e as palavras da mãe da vítima, Maria Diniz, soaram como um presságio em entrevista⁶ antes do segundo julgamento: “Por que ele não morreu por amor? Por que não dividiu a crueldade?”.

O caso do feminicídio de Ângela Diniz toma contornos de um sintoma na escolha de palavras que funcionem como guias para tentarmos explicar as ondas do movimento feminista. Se a palavra da primeira onda é cidadania, a da segunda é sexualidade, mas a da terceira é, sem dúvida, interseccionalidade. É possível, a partir desse exemplo empírico, compreender mudanças que se desenrolavam não apenas nos embates políticos nas ruas, tribunais e discursos midiáticos, mas, ainda, na compreensão de perspectivas que seriam fundamentais nas décadas seguintes nos estudos sobre o feminismo - e mesmo o entendimento do feminismo no plural-, o gênero como categoria e a posterior instabilidade desses mesmos estudos e categorias nos debates sobre a interseccionalidade. Trata-se da compreensão, na academia e na luta política nas ruas, que a mulher defendida pelo “Quem ama, não mata” e que ajudou a trazer justiça para o caso estava longe de ser apenas as brancas, heterossexuais e dotadas de capital cultural e econômico, como era o caso de Ângela. Perspectivas de raça, classe e gênero funcionaram como uma avalanche nos estudos feministas e reposicionaram muito das demandas das duas primeiras ondas do movimento. Este trabalho ocupa-se precisamente de compreender tal trajetória teórica, metodológica e mesmo epistemológica entre as segunda e terceira onda do feminismo, em direção à uma perspectiva interseccional que vai permitir usar a palavra feminismo no plural.

2 CAMINHOS TEÓRICOS DO GÊNERO

⁶ Disponível em matéria referenciada na nota 2.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

É o final do século XX que vai assistir ao nascimento das primeiras preocupações com o gênero como uma categoria de análise, em um movimento progressivo de solidificação na academia a partir de 1980. Até então, estudos eram marcados por uma dualidade que pode ser compreendida a partir da relação entre sexo e gênero. O sexo sendo o âmbito da natureza e o gênero, da cultura. Ao centrar seu estudo na relação direta e explícita entre gênero e poder, Scott (1986) vai abalar essa perspectiva. Antes, fala-se em nome de uma identidade, de uma “redistribuição de direitos” (HOLLANDA, 2019, p. 10), mas as atenções, agora, estão ligadas a aspectos mais relacionais e culturais do gênero, para o reconhecimento das diferenças que será o “eixo da gramática feminista na virada do século XX para o XXI” (p. 10). O pensamento de Scott é representativo deste momento.

Apoiada em pensadores pós-estruturalistas, referenciando autores como Foucault, Scott tenta desconstruir a oposição homem X mulher. Observando questões que envolvem homens e mulheres aponta que os estudos até aquele momento tratam apenas de usos descritivos do gênero e não passam disso ou são de natureza “causal” e elaboram teorias sobre “a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque tomam a forma que eles têm” (SCOTT, 1995, p. 75). A autora busca ultrapassar posições teóricas prevalentes para se pensar a análise de gênero, como as que buscam explicar as origens do patriarcado, as situadas na tradição marxista e as inspiradas pelas escolas de psicanálise. O gênero, Scott nos diz, funciona como um saber sobre as diferenças sexuais, uma percepção entre essas diferenças, e há uma relação inseparável entre saber e poder. O gênero será entendido como um meio para falar de sistema de relações sociais ou entre os sexos. O fundamental é pensar como se constroem significados culturais para as diferenças, dando sentido à elas e posicionando-as dentro de relações hierárquicas. Trata-se de transformar “homem” e “mulher” em perguntas e não em categorias fixas e pré-definidas. Scott

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

atribui ao feminismo a missão de definir a condição da opressão feminina em termos materialistas, demonstrando que a categoria mulher é uma categoria de classe, o que significa que 'mulher' assim como 'homem' são fundamentalmente categorias políticas e econômicas" (HOLLANDA, 2019, p. 11).

Há, portanto, um espaço, um campo de definição que será reclamado pelos estudos feministas, "ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas" (SCOTT, 1995, p. 85). É aí que um conceito de gênero que tem duas partes e vários desdobramentos, ligados entre si, é formulado. "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (p. 86). Mudanças em representações sociais sempre estão ligadas à mudanças nas representações do poder, mas a direção dessas mudanças não são imutáveis. Logo, o gênero vai implicar quatro aspectos que estão relacionados uns com os outros, considerando a primeira parte do conceito.

O primeiro é que "símbolos culturalmente disponíveis evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias), Eva e Maria, como símbolos da mulher" (SCOTT, 1995, p. 86). Perguntas aparecem, então: que representações são essas e em quais contextos?. O segundo aspecto trata das interpretações de sentido dos símbolos que buscam restringir, demarcar, possibilidades figurativas, de compreensão. Há conceitos normativos que evidenciam determinadas perspectivas e tomam a forma de uma oposição binária (masculino X feminino) e a posição dominante é nomeada como a única possível, resultado de consenso e não de luta. Símbolos e significados são construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, usados como lastro para discernimento do universo observado e organizado em categorias fixas. O terceiro aspecto trata da necessária inclusão da noção de político, "tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais" (SCOTT, 1995, p. 87). É exigida, aqui, uma visão inclusiva para o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. O quarto e último aspecto trata a identidade subjetiva. É preciso observar como as identidades de gênero são

PROMOÇÃO



APOIO



construídas e isso precisa ser relacionado com atividades, organizações sociais e representações culturais que possuem localizações históricas precisas.

A segunda parte do conceito de Scott (1995, p. 88) é a que fala sobre uma teorização do gênero. “O gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”. Trata-se de um “conjunto objetivo de referências” que vai estruturar o entendimento social e permitir a organização prática - e simbólica - da vida social, referências que definem “distribuições de poder” (traduzidos como acessos específicos e pré-determinados a recursos de ordem material e simbólica).

A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero, porque estabelece a importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres de seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado, criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Dessa forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92).

Ora, a construção de símbolos novos, para a autora, se dá pela linguagem e pelo discurso, a emergência desses símbolos pode tornar possível novas reinterpretções, outras reescritas. Mas trata-se de algo que só pode acontecer no tempo e no espaço. Processos, atores e ações que não são fixados, uma história política “encenada no terreno do gênero” cujo sentido é contestado e flutuante. “Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes” (SCOTT, 1995, p. 93). Vazias pois não são, não estão definidas e transbordantes pois mesmo quando parecem fixas, contém definições outras.

Esses conceitos e categorias que, nos estudos de Scott, ganham grande relevância serão pensados, por Sandra Harding (2019), em termos de instabilidade. Publicado primeiramente em 1986 seu trabalho vai dar atenção e lançar questões teóricas e epistemológicas às teorias feministas que buscavam desenvolver leituras críticas do conjunto de textos produzidos até então. “Sandra denuncia a associação

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

patriarcal entre saber e poder, propondo a valorização das experiências das mulheres como instrumentos de análise, experiências que não se encontram inteiramente expressas nem nas próprias teorias feministas” (HOLLANDA, 2019, p. 11).

Considerando que os modelos teóricos usados até então ao mesmo tempo podem ou não ser aplicados às mulheres e às relações de gênero, Harding nos assegura que não é exatamente considerando a experiência feminina que teorias usadas pelas feministas foram fundamentadas, que problemáticas foram construídas e teorias testadas. Isso “abafa a legitimidade das estruturas analíticas centrais das teorias, levando-nos a indagar se também nós não estaríamos distorcendo a análise das vidas de mulheres e homens com extensões e reinterpretções que fizemos” (HARDING, 2019, p. 96).

Ora, as “teorias não feministas” tomam como base um homem “mítico”, universal e especial, que de modo algum representa as variabilidades possíveis de representação e existência. Se é possível duvidar de análises a partir de teorias pensadas tendo como foco este modelo de homem, o mesmo pode ser feito em relação à uma “mulher universal”.

Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, com base na experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher (HARDING, 2019, p. 96).

Processos históricos que constroem teias nas quais classe, raça e cultura se articulam são usados como elementos para questionar perspectivas teóricas e analíticas e confessar a instabilidade das categorias de análise e a falta de “um esquema permanente de construção das explicações” (HARDING, 2019, p. 99) será pensado como uma solução epistemológica, um “dever” ao se proporem como categorias analíticas feministas. Afinal, trata-se de um mundo instável e incoerente que ganha a possibilidade de compreensão do conhecimento e das práticas sociais quando assim assumidas. Pensando, a partir da crítica feminista à ciência, no lugar mesmo da ciência, seu processo histórico de construção, as perspectivas

PROMOÇÃO



APOIO



alternativas, pós-modernistas e mesmo a relação cultura versus natureza e gênero versus sexo, Harding advoga em nome das instabilidades, para que sejam usadas como recurso de pensamento e prática. “Devemos, simultaneamente, cultivar a investigação ‘separatista’ artesanalmente estruturada e impregnar de valores e objetivos feministas as ciências industrialmente organizadas” (HARDING, 2019, p. 115).

Os estudos de gênero chegam a um ponto decisivo com o pensamento de Judith Butler e um de seus conceitos mais conhecidos, o de performatividade de gênero, em sua obra icônica, Problemas de Gênero (2016), publicado pela primeira vez em 1990. A filósofa parte de uma perspectiva pós-estruturalista e, como Scott, apoia-se em Michel Foucault, mas também em outros pensadores de diferentes campos do conhecimento, como Sigmund Freud, Jacques Derrida, Monique Wittig e Hegel.

Ao negar qualquer identidade estável ligada à ideia de gênero, Butler abre a possibilidade para pensar o gênero como uma identidade constituída no tempo por meio de uma “repetição estilizada de certos atos” (2019, p. 214). Os gêneros são instituídos por essas estilizações que formam a “ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial” (2019, p. 214). Isso significa que o gênero está em relação direta com a temporalidade social e não se trata de uma identidade aparentemente harmoniosa. As ideias de gênero são comumente entendidas como naturais, possuem uma existência material, mas é possível compreendê-las de outro lugar, como construções e, se assim o forem, é possível considerar outras formas de construção. Os atos que formam o Eu atribuído de gênero são um “objeto de crença” e o que pode ser entendido como identidade de gênero é, na verdade, uma performance “apoiada em sanções sociais e tabus” (BUTLER, 2019, p. 214). Pensar em performance permite contestar o status coisificado/reificado.

Se o conceito de gênero é repensado o é, também, a categoria mulher, ainda que o feminismo siga sendo uma luta de direitos. O que é posto em questão é o que constitui sua identidade e o que organiza sua lógica de pensamento. Se, a partir de

1960, o gênero era usado para se referir ao papel social e cultural do sexo - tomado como natural, um destino que funda o gênero - no pensamento da filósofa será uma construção histórica e a sexualidade, produzida pelo discurso. Marca-se, em seu pensamento, uma distinção entre sexo (fato biológico) e gênero (interpretação cultural desse fato).

Ser mulher é ter se *tornado* mulher, ter feito seu corpo se encaixar em uma ideia histórica do que é uma 'mulher', ter induzido o corpo a se tornar um signo cultural, é ter se colocado em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada; e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser ininterruptamente sustentado [...] As possibilidades históricas materializadas por diferentes estilos corporais são nada mais que ficções culturais, reguladas por punições, alternadamente incorporadas e disfarçadas por coerção (BUTLER, 2019, p. 217).

Butler desnaturalizou, como que desmitificou, o sexo e o gênero. Eles são, agora, construções discursivas. O discurso vai habitar o corpo, confundir-se com ele. Daí por qual motivo pensar a diferença entre sexo e gênero não é mais suficiente. Não há gênero sem discurso. O discurso é o que infunde - como um dispositivo - o que é o gênero. O corpo será entendido como uma situação histórica, uma possibilidade e, ainda, uma "feitura, uma dramatização e uma *reprodução*" (BUTLER, 2019, p. 216).

A autora nos fala ainda que como ação pública e ato performático, o gênero não é escolha, tampouco é imposto ou inscrito sobre o indivíduo. O corpo não é um ente passivo, vítima de códigos culturais e nem o Eu atribuído de corpo pré-existe às convenções culturais. Trata-se de performance. Os gêneros tem características performáticas, fluidas, mas são organizados para dar sua contribuição a um modelo de certo X errado e ainda colaboram com uma lógica regulatória e punitiva deles mesmos.

Independentemente do patriarcado sempre presente e da permanência da diferença sexual como uma operante distinção cultural, não existe nada no sistema binário de gênero que esteja dado. [...] Os gêneros não são passivamente inscritos nos corpos e nem são determinados pela natureza, pela língua, pelo simbólico ou pela esmagadora história do patriarcado. Gênero é aquilo que

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

colocamos, invariavelmente, sob controle, diária e incessantemente, com ansiedade e prazer. Mas se essa ação contínua é confundida com um dado natural ou linguístico, o poder é colocado de lado, para que aconteça uma expansão do campo cultural, corporalmente, por meio de performances subversivas diversas (BUTLER, 2019, p. 229).

O percurso dos estudos de gênero nos aponta agora em direção a interpelações que vão trazer, para o centro da atenção, perspectivas interseccionais. Se categorias de análise e definições de gênero são reposicionadas nos estudos feministas nas últimas duas décadas do século XX - cujos trabalhos apresentados das autoras deixam evidente - agora, atravessamentos de raça, classe, gênero e sexualidade vão marcar novas investigações.

Separações binárias e pedagogicamente simplórias são rechaçadas na terceira onda do movimento feminista e, então, parte-se para pensar que tais novas perspectivas de gênero precisam ser alargadas para incluir, como sujeito de seu interesse, grupos de pessoas obrigadas, sistematicamente na histórica, a sentirem-se supérfluas. Lorde, em obra lançada em 1984, coloca em debate uma certa fantasia feminista de “sororidade universal”, a ideia de que há uma homogeneidade na experiência de todas as mulheres. O caso de Ângela Diniz nos dá exemplo prático. As jornalistas responsáveis pela articulação do movimento “Quem ama não mata” foram acusadas de estarem se movimentando para responsabilizar o assassino porque a vítima era rica e branca. Além de Ângela, outra mulher, também branca e com capital cultural e econômico, havia sido assassinada pelo marido em Belo Horizonte na mesma época.

Cobramos de nós, jornalistas, que mulheres pobres eram assassinadas todos os dias nas favelas; nós sabíamos, éramos jornalistas. Mas sabíamos também que duas mulheres de classe média e alta assassinadas davam uma boa pauta. Não éramos ingênuas. (MIRIAN MELLO E SILVA, Entrevistada, Praia dos Ossos).

Opressão, alteridade, diferenças serão debatidos a partir de uma ideia de Lorde (2019) tão simples quanto esclarecedora: não existe hierarquia de opressão. Idade, raça, classe e gênero redefinem diferenças e os problemas e armadilhas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



enfrentados pelas mulheres serão atravessadas por essas questões. “Não são nossas diferenças que separam as mulheres, mas nossa relutância em reconhecer essas diferenças e lidar de maneira eficaz com as distorções provocadas pelo fato de ignorarmos e interpretarmos de modo errado essas diferenças” (LORDE, 2019, p. 247).

Pensar o feminismo não branco é uma urgência, então. A “pureza”, a fixidez do entendimento das questões caras ao feminismo são abandonadas, exigências feitas por Scott (1995), Harding (2019) e Butler (2016), e temas como o poder da autodefinição (COLLINS, 2019) passam a se centrais, inclusive para lógicas de sobrevivência diante do cruzamento de opressões. Encontrar uma voz para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido é o tema central do pensamento feminista negro. “A vida das mulheres negras são uma série de negociações que almejam à reconciliação das contradições que separam nossas próprias imagens do eu, definidas internamente, como mulheres afro-americanas, de nossa objetificação como o outro” (COLLINS, 2019, p. 275). São necessários “espaços seguros”, diz-nos Collins. É essencial, vital mesmo, o “vir-a-ter voz”. Exercitar identidades políticas e construir agendas políticas em torno de identidades de raça, classe, gênero e/ou sexualidade são possíveis nesses espaços. Somente assim imagens controladoras de mulheres negras podem ser compreendidas e, depois, combatidas, substituídas por pontos de vista feministas negros politizados.

As exigências de “enriquecer o feminismo”, como nos diz Carneiro (2019), também precisarão pensar a partir do lugar. A América Latina e um eixo de opressão central - ligado às lógicas coloniais que estruturam a sociedade brasileira, por exemplo - precisam ser pensados junto ao gênero como uma variável teórica fundamental. O feminismo negro em sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas precisam ter como “eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2019, p. 315). Há uma condição específica de ser mulher negra, uma identidade política que vem daí. A questão racial precisa ter

PROMOÇÃO



APOIO



papel central na configuração de uma agenda política no movimento das mulheres, no entendimento de políticas demográficas, na caracterização, compreensão e combate, institucional e social, da violência contra as mulheres, nos mecanismos de seleção e acesso à educação, saúde e trabalho. Enegrecer o feminismo nos fala de um enfrentamento à “inclinação eurocentrista do feminismo brasileiro” que omite “o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero” (CARNEIRO, 2019, p. 319). A autora se aproxima da obra de Collins e nos fala do mito da democracia racial latino-americana e da experiência histórica de mulheres negras e indígenas como elementos constitutivos, de modo muito essencial, da identidade nacional brasileira. A violência sexual colonial une as hierarquias de gênero e raça, conecta ideologias complementares a esse sistema opressivo.

A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (CARNEIRO, 2019, p. 320).

A autora nos fala em utopia, mas utopias, afinal, servem para nos ajudar a compreender, vislumbrar o norte, o caminho. Não?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a reação feminista a causa central da virada da opinião pública contra a ideia da legítima defesa da honra usada como justificativa para o assassinato de Ângela Diniz. A mobilização da imprensa, feita de forma muito hábil, e o abalo das certezas de justificabilidade do assassinato pela população, levou a um segundo julgamento e ao assassino, por fim, a cumprir pena de 15 anos de detenção.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Falecido, aos 86 anos em 2020, Doca Street relatou sua versão dos fatos no livro “Mea Culpa”, lançado em 2006, que foi alvo de críticas da família da vítima⁷.

Apenas dois anos separaram a defesa da honra do assassino diante de uma mulher devassa como uma alegação válida para uma que não se sustentou em pé. São as conquistas, lutas, debates do feminismo, dentro e fora da academia, que permitiram essa mudança que se exibiu como um rastro sintomático, inclusive, legal. E o que já pareceria, naquele momento, uma mudança de enorme envergadura, seria apenas o início de tensionamentos políticos muito mais significativos e representativos ao redor dos estudos de gênero e das práticas das relações sócio-políticas de gênero.

A interseccionalidade das opressões, a negação de uma lógica binária, a superação dos binômios cultura X natureza, homem X mulher, a inclusão de feminismos plurais funcionariam como uma avalanche não só no que viemos acompanhando ao longo deste trabalho, os estudos de gênero, mas também e, talvez de modo mais politicamente importante, na compreensão e definição de um certo espírito do tempo que tolera algumas questões, enquanto rechaça outras, nesta disputa política que, de natural, não tem nenhum resquício. Foi este o percurso que buscamos dissertar aqui.

Este trabalho faz uma leitura ampla do percurso das redefinições teóricas e epistemológicas dos estudos de gênero, mas tanto não se esgota nele mesmo, como soma-se aos esforços dos outros três estudos que acompanham esta mesa temática. Um que dá contornos mais específicos de reflexão teórica a partir do entendimento das ondas do feminismo como expressões de práticas de liberdade e outros dois que concentram-se em pensar as perspectivas teóricas aqui indicadas a partir de dois objetos empíricos diferentes.

REFERÊNCIAS

⁷ Informações disponíveis em: bit.ly/46nc8Sf. Acesso em: 21 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



PRAIA DOS OSSOS. Branca Vianna [Apresentação e idealização]: [S.l.]: Rádio Novelo, 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, H. B. de. **Introdução**. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

PROMOÇÃO



APOIO



A INTERFACE ENTRE LIBERDADE E CUIDADO PARA A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ÉTICO

Ramon Bezerra Costa⁸

RESUMO

Partindo do cenário contemporâneo caracterizado pela ampla difusão de informações, desinformação, fraudes e cancelamentos, o objetivo deste estudo, baseado em revisão bibliográfica, é refletir sobre a necessidade do entendimento de liberdade ser acompanhado pela noção de cuidado, de si e dos outros, em nome do equilíbrio das relações e da busca por experiências sociais diversas e equitativas. Para isso, busca-se na obra de Michel Foucault esses entendimentos, necessários para a compreensão dos processos de subjetivação contemporâneos que tenham o intuito de reconhecer a diversidade e legitimar as diferenças.

Palavras-chave: Liberdade; cuidado; ética.

ABSTRACT

Starting from the contemporary scenario characterized by the wide dissemination of information, misinformation, fraud and cancellations, the objective of this study, based on a bibliographical review, is to reflect on the need for the understanding of freedom to be accompanied by the notion of care, of oneself and of others, in name of the balance of relationships and the search for diverse and equitable social experiences. For this, we seek in the work of Michel Foucault these understandings, necessary for the understanding of contemporary subjectivation processes that have the intention of recognizing diversity and legitimizing differences.

Keywords: Freedom; care; ethic.

1 INTRODUÇÃO

O tema da liberdade é sempre atual. Contemporaneamente, temos um cenário de ampla difusão de informações, desinformação, fraudes e cancelamentos. No cerne dessas práticas está a experiência da liberdade em plataformas digitais onde são construídos espaços de igualdade nos quais se elimina a diferença, como

⁸ Doutor em Comunicação pela UERJ. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa do Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da UFMA. Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC/UFMA/CNPq, financiado pela FAPEMA. E-mail: ramon.bezerra@ufma.br.



descreve Han (2017, p.81): “Ali encontram-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais a negatividade, que possibilitaria alguma modificação”. Esse ambiente favorece a exclusão do que desagrada, a intolerância com o diferente e o uso dos outros como objetos para satisfação de desejos e necessidades individuais, configurando um ambiente de proximidade artificial e frágil que deteriora o caráter público, como lembra Han (2017).

Foucault (2000) faz um debate correlato quando discute as noções de uso público e privado da razão a partir de Immanuel Kant. Segundo ele, o espaço privado é qualquer um em que o saber e o poder determinam a fala de alguém. É o lugar onde a obrigação social determina a fala e o sujeito não é livre. O sujeito, diz Foucault (2000) a partir de Kant, faz uso privado da razão e, portanto não é livre, quando é

(...) “uma peça de uma máquina”; ou seja, quando ele tem um papel a desempenhar na sociedade e funções a exercer: ser soldado, ter impostos a pagar, dirigir uma paróquia, ser funcionário de um governo, tudo isso faz do ser humano um segmento particular da sociedade; por aí, ele se encontra colocado em uma posição definida, em que ele deve aplicar as regras e perseguir fins particulares. (...) Em compensação, quando se raciocina apenas para fazer uso de sua razão, quando se raciocina como ser racional (e não como peça de uma máquina), quando se raciocina como membro da humanidade racional, então o uso da razão deve ser livre e público. (FOUCAULT, 2000, p. 339).

Nessa perspectiva, parece adequado considerar que a eliminação da diferença e/ou a ação orientada pelo interesse e pelo poder autorreferenciados é um uso privado da razão que inibe a liberdade, afinal, agir assim implica em funcionar como uma peça de uma sociedade que prioriza a produtividade e a eficiência, ou seja, estar completamente alinhado ao tempo presente, sem distanciamento e liberdade para escolher e resistir, como Gilles Deleuze (1992) descreve em seu famoso ensaio sobre as sociedades de controle. “No lugar do caráter público entra a publicização da pessoa; o público se transforma em espaço de exposição, afastando-se cada vez mais do espaço do agir comum” (HAN, 2017, p.82).

PROMOÇÃO



APOIO



Assim, parece difícil, talvez impossível, praticar a liberdade e fazer uso livre da razão, tendo em vista que todos temos papéis a exercer: trabalhar, ser membro de uma família e outros grupos, os quais influenciam em nossos desejos e formas de agir. O mais importante com isso é perceber, conforme afirma Paulo Vaz (1992) a partir de Foucault, que a liberdade é uma prática e um esforço permanente, ela não existe enquanto essência esperando ser alcançada, mas sim “(...) um trabalho incessante, permanente, e não um processo finalista (...)” (VAZ, 1992, p. 120).

Nesse cenário, o estudo aqui descrito, oriundo de revisão bibliográfica, reflete sobre a necessidade do entendimento de liberdade ser acompanhado pela noção de cuidado, de si e dos outros, em nome do equilíbrio das relações e da busca por experiências sociais diversas e equitativas. Para isso, busca-se na obra de Michel Foucault esses entendimentos, necessários para a compreensão dos processos de subjetivação contemporâneos que tenham o intuito de reconhecer a diversidade e legitimar as diferenças.

2 DA LIBERDADE AO CUIDADO

Ao tratar do tema da liberdade, tomando como referência a obra de Foucault, é preciso não confundi-la com “liberação”, uma vez que a segunda pode induzir a pensar que existiria uma natureza ou uma essência humana que foi aprisionada ou alienada por dispositivos de repressão e bastaria romper essas barreiras para que o sujeito restaurasse sua relação plena e positiva consigo mesmo (FOUCAULT, 2010a).

Não quero dizer que a liberação ou que essa ou aquela forma de liberação não existam: quando um povo colonizado procura se liberar do seu colonizador, essa é certamente uma prática de liberação, no sentido estrito. Mas é sabido, nesse caso aliás preciso, que essa prática de liberação não basta para definir as práticas de liberdade que serão em seguida necessárias para que esse povo, essa sociedade e esses indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política. É por isso que insisto, sobretudo, nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez tem seu lugar, mas que não me parecem poder, por

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

eles próprios, definir todas as formas práticas de liberdade. (FOUCAULT, 2010a, p. 265-266).

Assim, é possível considerar a “liberação” como necessária em situações nas quais as relações de poder, que não são necessariamente más e dizem respeito a dinâmicas presentes em todos os campos sociais (FOUCAULT, 1984), foram cristalizadas ou bloqueadas em estados de dominação (ditaduras e regimes de exceção, por exemplo); enquanto as práticas de liberdade seriam características das sociedades contemporâneas. Para Foucault (2010a), só podem existir práticas de liberdade onde relações de poder ocupam o lugar das relações de dominação. No estado de dominação, caracterizado pela censura e pela exclusão, a liberdade não é possível porque não existe movimento. Já nas relações de poder, há sempre resistências aos diversos poderes, há movimento. O poder não impede a liberdade, somente a limita (FOUCAULT, 2010a). Assim, não há uma relação de exclusão entre poder e liberdade. A liberdade, inclusive, é condição de existência do poder, entendido por Foucault não como algo pronto, mas como relações que se estabelecem em diversas áreas (FOUCAULT, 2010a).

Para Foucault (2010a), as práticas de liberdade significam liberar seu desejo e conduzi-lo eticamente na relação com os outros, pois “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (FOUCAULT, 2010a, p. 267). Essa compreensão da liberdade, em relação à ética, Foucault vai buscar na filosofia grega. Para os gregos, a liberdade era tratada como um problema ético, isto é, como maneira de ser e se conduzir. Então, o sujeito que tem um belo ethos é aquele que “pratica a liberdade de certa maneira” (FOUCAULT, 2010a, p. 270).

Nessa relação da liberdade com a ética entra a questão do “cuidado de si” e da “estética da existência” na obra de Foucault (2006; 2010a; 2010c). O filósofo francês observa com os gregos (especialmente no estoicismo) que o cuidado de si é uma forma de controlar os desejos, as paixões e estabelecer consigo uma relação de domínio e controle dos impulsos e vícios, para assim ser livre (FOUCAULT, 2006). É também uma maneira de controlar e limitar o poder. A ética,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

na perspectiva do cuidado de si, é uma prática racional, uma escolha. É nesse sentido que é uma forma de liberdade.

Dessa forma, o cuidado de si leva a uma busca ética da existência, ou seja, a partir da liberdade que se tem esforça-se para dar a própria vida certa forma, construí-la como uma obra de arte pessoal, por isso Foucault (2010c) vai chamar esse processo de estética da existência. Foucault (2010c) lembra que na antiguidade greco-romana o sujeito livre buscava diversas formas para se constituir, procurava agir de maneira que os outros e a posteridade pudessem encontrar nele um exemplo, era uma busca ética pessoal, sem a adoção de um modelo único. É claro que o sujeito adotava modos de vida coletivos, mas escolhia, racionalmente, diante de diversas possibilidades. Mas com o advento do cristianismo, a busca moral do sujeito passa a relacionar-se com a aceitação de um conjunto de regras e normas (FOUCAULT, 2010a). Porém, há alguns séculos, essa forma de se constituir a partir da obediência a um conjunto de regras perde força e dá lugar “a uma busca que é aquela de uma estética da existência” (FOUCAULT, 2010c, p. 290). Foucault (2010c) sugere que atualmente se experimenta formas de constituir-se que estão próximas da estética da existência observada por ele na antiguidade grega, em detrimento da simples adoção de um conjunto de regras.

Nesse sentido, os sujeitos são menos constituídos, de maneira única, por referências externas, como ideologias de partidos políticos, e buscam modos de ser que passem pelo seu julgamento. É importante destacar que essa busca por se constituir, ou essas “práticas de si”, como diz Foucault (2010a), “são esquemas que ele [o sujeito] encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2010a, p. 276). Assim, ao buscar modos de ser para se constituir, o sujeito cria algo, mas criação, aqui, não é a expressão de algo essencialmente novo, mas uma expressão singular do que é feito com os esquemas e padrões que o sujeito encontra no mundo.

PROMOÇÃO



APOIO





Nos dois últimos cursos ministrados no Collège de France (FOUCAULT, 2010b; 2011), Foucault abordou o tema da “parresía”, que traz a questão das “práticas da verdade” para o cuidado de si e ajuda a compreender o fenômeno. A parresía pode ser entendida como falar francamente, como um dizer verdadeiro. Não se trata de uma verdade absoluta, mas daquela que constitui e expressa o sujeito em determinado momento. Foucault (2011, p.04) explica:

(...) Não se trataria, de modo algum, de analisar quais são as formas do discurso tais como ele é reconhecido como verdadeiro, mas sim: sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade, sob que forma se apresenta, a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, quem diz a verdade, [qual é] a forma do sujeito que diz a verdade.

A parresía é uma forma de expressão ética da coragem, pois quem a pratica coloca em risco as condições que sustentam sua relação com o outro, em geral sustentada em regras morais.

A parresía é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve. (FOUCAULT, 2011, p.13).

A conclusão é óbvia: as práticas de liberdade devem ser acompanhadas do cuidado de si, que é, conseqüentemente, cuidado dos outros, uma vez que o dizer verdadeiro é imbuído de responsabilidade e da consciência das ações, por isso é um processo ético. O raciocínio vale no sentido contrário: quem escuta também deve ser receptível para processar, racionalmente, aquilo que recebe e não se restringir a uma reação automática orientada pelo interesse autorreferenciado.

(...) A parresía estabelece portanto entre aquele que fala e o que ele diz um vínculo forte, necessário, constitutivo, mas abre sob a forma do risco o vínculo entre aquele que fala e aquele a quem ele se endereça. Porque, afinal de contas, aquele a quem ele se endereça sempre pode não acolher o que lhe é dito. Ele pode [sentir-]se ofendido, pode rejeitar o que lhe dizem e pode, finalmente, punir ou se vingar daquele que lhe disse a verdade. (FOUCAULT, 2011, p.14).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Viver em sociedade implica em se vincular. A questão é que tipo de vínculo será construído. O reconhecimento da legitimidade do outro é a primeira etapa para a construção de relações democráticas. A coragem da verdade, presente na noção de parresía, emerge, assim, como um elemento ético capaz de orientar as nossas práticas de liberdade e refundarmos nossa relação conosco e com o(s) outro(s). Afinal, essa fala franca não é dizer o que pensa por trás do anonimato, comum atualmente nas plataformas digitais, ou a mera expressão do interesse sem considerar o outro, como se este fosse um objeto para a realização do seu desejo, mas a expressão de um sujeito acessível ao intercâmbio com o diferente.

Trata-se de modificações nos processos de construção dos sujeitos e dos vínculos sociais e a única forma de se fazer isso é investindo em outras maneiras de ser e viver. Essa modificação está assentada na noção de cuidado, que reflete a complementaridade das relações, pois, como defende Sloterdijk (2016), a experiência humana é esférica porque vivemos com o outro e para o outro. Isso é exemplificado em experiências básicas presentes em nossas vidas, mas que parecem ter sido esquecidas: o bebê e uma pessoa doente não vivem sozinhos, precisam de cuidados. Para estarmos aqui, hoje, recebemos cuidado. O cuidado é uma maneira de fazer com que a sociedade continue. Seguindo o pensamento de Graeber (2016), podemos considerar a existência humana por meio de dívidas contraídas pelos cuidados sem os quais não estaríamos aqui. Cuidado com a família, amigos e até mesmo desconhecidos com quem nunca interagimos porque eles se manifestam nos objetos (produtos e serviços) que organizam nossa existência.

Incluir o cuidado na liberdade para a construção do sujeito ético é uma ampliação do impulso empático. Na trilha de Rifkin (2016), começamos cuidando da família sanguínea, passamos pelo cuidado com a nossa comunidade de pessoas fisicamente próximas e de vínculos convencionados, como os de nacionalidade, e atualmente estaríamos ampliando o cuidado para toda a

PROMOÇÃO



APOIO



humanidade e demais espécies. Não temos dados que sustentem se realmente estamos nessa direção, mas parece um caminho bastante adequado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário compreender e aceitar que o eu não existe sem o outro e os seres são absolutamente distintos, por isso o conflito será permanente e as tentativas de criar espaços de igualdade serão sempre instáveis. Seguindo as ideias de Foucault (2011), precisamos de coragem para nos constituirmos como sujeitos éticos tendo em conta a alteridade, para que assim sejamos capazes de inventar formas de gestão para nossa vida que vão além dos modelos já conhecidos. Isso é necessário para defrontarmos os debates que já começaram e serão intensificados, como a redução crescente da privacidade e o aumento no controle de dados pessoais, entre outros decorrentes do cenário de abundância de informações e dados com processamento automatizado. A criação de vínculos transparentes entre os diferentes, por mais simples que seja, parece ser a única trilha que ainda não experimentamos plenamente, apesar das possíveis tentativas.

Trata-se, talvez, de uma solução que não queremos porque está longe de ser uma saída fácil, implicando em responsabilidade e mudanças em cada um, que é também no outro, uma vez que só existimos juntos. Assim, parece que a noção de coletividade precisa ser reinventada, o que não será uma transformação simples e tranquila derivada de cálculos precisos, mas a emergência de ações distribuídas.

Por fim, cabe lembrar que não somos seres exclusivamente racionais apenas em busca de fins utilitaristas, devemos também considerar a dimensão dos afetos, que segundo Sodré (2014)   o elemento originário do vínculo social, algo inqualificável, caracterizado pela intensidade do momento e que nos afeta, embora não seja possível compreender, racionalmente. Isso implica em mais um desafio: considerar o aspecto não consciente e não racional da constitui o do sujeito ético, que alia liberdade e cuidado, mas essa problemática deve ser tratada em outro estudo.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

_____. A Ética do cuidado de si com prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos V, 2010a.

_____. **A hermenêutica no sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010b.

_____. O que são as Luzes? In: _____. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos & Escritos II, 2000.

_____. Uma estética da existência. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos V, 2010c.

GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5.000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. São Paulo: Makron Books, 2016.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas I: bolhas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VAZ, Paulo. **Um pensamento infame: história e liberdade em Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

NARRATIVAS FEMINISTAS NO CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO: aproximações com o projeto Mulher Maravilha, de Açailândia (MA)

Flávia de Almeida Moura⁹

RESUMO

Apresentamos aqui uma primeira aproximação com o projeto Mulher Maravilha, formado por mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão, incentivadas pelo CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia (MA). Buscamos contextualizar a formação deste coletivo bem como apresentar um breve perfil de mulheres participantes de um processo de formação em educação popular e feminista (SILVA; CORRÊA & NEGRETTO, 2018). Utilizamos um arcabouço teórico e metodológico de autoras feministas (DAVIS, 2016; GONZALES, 1983; CARNEIRO, 2003) para trazer reflexões acerca das condições dessas mulheres numa perspectiva interseccional. Identificamos até agora resultados expressivos a partir de algumas narrativas feministas construídas a partir de escutas e diálogos incentivados em grupos de discussão (MOURA, 2016).

Palavras-chave: Narrativas feministas; trabalho escravo contemporâneo; projeto Mulher Maravilha.

ABSTRACT

We present here a first approximation with the Wonder Woman project, formed by women in the context of slave labor in Maranhão, encouraged by the CDVDH/CB (Center for the Defense of Life and Human Rights Carmen Bascarán), from Açailândia (MA). We seek to contextualize the formation of this collective as well as present a brief profile of women participating in a training process in popular and feminist education (SILVA; CORRÊA & NEGRETTO, 2018). We use a theoretical and methodological framework of feminist authors (DAVIS, 2016; GONZALES, 1983; CARNEIRO, 2003) to bring reflections on the conditions of these women in an intersectional perspective. So far, we have identified expressive results from some feminist narratives built from listening and dialogues encouraged in discussion groups (MOURA, 2016).

Keywords: Feminist narratives; contemporary slave labor; Wonder Woman project.

1 INTRODUÇÃO

⁹ Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da UFMA; doutora em Comunicação; flavia.moura@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado *Trajetórias de mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão: das trabalhadoras escravizadas à rede de enfrentamento no Maranhão*, coordenado pela autora no âmbito do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional, com vigência de 2022 a 2024. Fazem parte da construção deste trabalho alunos de iniciação científica bolsistas e voluntários, além de pesquisadores graduandos e pós-graduandos.

Apresentamos aqui uma primeira aproximação com o projeto Mulher Maravilha, formado por mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão, incentivadas pelo CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia (MA).

Buscamos contextualizar a formação deste coletivo bem como apresentar um breve perfil das mulheres participantes de um processo de formação em educação popular e feminista (SILVA; CORRÊA & NEGRETTO, 2018) além de relatar resultados preliminares de uma pesquisa em andamento acerca de narrativas feministas com ênfase no trabalho bem como nas violações relatadas. Utilizamos um arcabouço teórico e metodológico de autoras feministas (DAVIS, 2016; GONZALES, 1983; CARNEIRO, 2003) para trazer algumas reflexões sobre o processo de formação dessas mulheres recolhidos em grupos de discussão (MOURA, 2016) e aplicação de questionário de forma online.

Inicialmente, contextualizamos a questão do trabalho escravo contemporâneo e gênero e logo depois apresentamos um breve histórico desse coletivo de mulheres do município de Açailândia. Na sequência, trazemos resultados preliminares da pesquisa em andamento em diálogo com algumas autoras feministas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 TRABALHO ESCRAVO E GÊNERO

Nossos estudos partem de um contexto em que o lugar da mulher está relacionado com funções que exigem o cuidado com a casa, filhos e companheiro, logo, quem sai para trabalhar é o homem. Esse olhar que estrutura fortemente a sociedade patriarcal tem efeitos cruéis também no chamado trabalho escravo contemporâneo, entendido por Neide Esterci (1994) como todas as formas de exploração onde há a imobilização da mão de obra por meio da coação física e/ou moral, além da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços. Vale destacar que as condições análogas à de trabalho escravo estão previstas no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro e tem como principais características jornada exaustiva, trabalho forçado e degradante e servidão por dívida. Para caracterizar o crime, essas condições podem ser encontradas de forma conjunta ou isolada.

De 1995 a 2023, os dados da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que o perfil de trabalhadores resgatados no Brasil são 95% homens e apenas 5% mulheres. Com o passar do tempo, o surgimento de novos olhares exige que outros questionamentos sejam levantados. Atualmente, há um esforço por parte de pesquisadores sociais para compreender quais fatores contribuem para que esses resultados apresentem dados tão discrepantes. A invisibilidade das mulheres no contexto do trabalho escravo contemporâneo é explicada a partir das marcas do patriarcado bem como da naturalização de muitas mulheres que são submetidas a condições degradantes de trabalho e nem sequer se identificam como trabalhadoras. (MOURA; SANTOS, 2022)

2.1 Sobre o projeto Mulher Maravilha

PROMOÇÃO



APOIO





O projeto Mulher Maravilha¹⁰ nasce em 2014 com o objetivo de contribuir com o empoderamento e emancipação de um grupo de mulheres, utilizando da educação popular e feminista (SILVA; CORRÊA & NEGRETTO, 2018) no espaço de atuação do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia, Maranhão.

O surgimento do projeto se deu no Centro Comunitário da Vila Ildemar, bairro mais populoso do município, a partir da própria inquietação das mulheres, que demandaram ao Centro de Defesa uma atividade para participarem regularmente. Foi a partir de aulas de exercícios físicos e de manifestações culturais que as outras atividades de formação política, social e fortalecimento feminista foram introduzidas, sendo hoje possível ver o empoderamento real das mesmas, a evolução dos seus discursos e atitudes ao participar das atividades propiciadas nos seus diversos espaços sociais como por exemplo, suas famílias. (FERREIRA, 2021)

A Vila Ildemar apresenta o maior índice de violência contra mulheres culminando em diversos feminicídios, inclusive em vias públicas, além de ser um dos principais locais de origem de trabalhadores e trabalhadoras que acabam sendo submetidos a condições análogas a de trabalho escravo em outros estados brasileiros.

O projeto Mulher Maravilha atua nessa realidade tendo uma turma constante com 30 mulheres que se reúnem regularmente duas vezes por semana para participar das atividades promovidas pelo projeto entre elas as aulas de exercícios físicos, onde o mesmo contribui notavelmente para a elevação da autoestima e criação de laços de sororidade entre as participantes, ao mesmo tempo são trabalhadas de diversas formas temáticas em relação ao machismo estrutural e como está construída as relações entre os gêneros, criando assim mecanismo de como enfrentá-lo. (Informação verbal, Yoná Ferreira, coordenadora do projeto, abril de 2023).

¹⁰ De acordo com a coordenadora do projeto, Yoná Ferreira, o nome foi escolhido pelas próprias participantes em alusão à super-heroína feminina. Segundo ela, embora o modelo da construção de super heróis (neoliberal e individualista) possa ser questionado pelas teorias feministas (e principalmente negras e decoloniais), a identificação está relacionada mais às questões de empoderamento, força e luta presentes no imaginário dessas mulheres.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No espaço do projeto são realizadas rodas de conversas, debates, encontros de estudo e formação, atos públicos e outras metodologias sobre feminismos de forma que as próprias mulheres identifiquem onde seus direitos estão sendo violados e como alcançar os mecanismos de proteção e justiça, assim como criar laços de resistência, apoio e sororidade entre todas mulheres. Ademais, acontecem pontualmente oficinas de capacitação profissional que contribuem diretamente com a geração de renda e independência econômica destas mulheres.

Desde o final de 2022, o projeto foi ampliado para as comunidades que compõem a RAICE (Rede de Ação Integrada de Combate a Escravidão) nos municípios de Santa Luzia, Pindaré-Mirim e Monção. Ao todo, até abril de 2023, o projeto contava com aproximadamente 100 participantes nesses municípios, com formações sistematizadas sobre educação popular feminista além de oficinas profissionalizantes e atendimento psicológico.

É importante ressaltar a importância da visibilização das mulheres em especial no contexto de trabalho escravo, realizando um recorte de gênero, pois são mulheres sujeitas a inúmeras vulnerabilidades sociais e ainda sofrem com as diversas violências, consequências do machismo estrutural, além de quando seus esposos estão no ciclo do trabalho escravo, são essas mulheres reconhecidas popularmente por serem “viúvas de maridos vivos” que ficam com toda a responsabilidades de suas famílias. (Informação verbal, Yoná Ferreira, coordenadora do projeto, abril de 2023)

2.2 Perfil das participantes

Para traçar um breve perfil das participantes do projeto, aplicamos um questionário de forma online junto às mulheres, que responderam com a ajuda de facilitadoras das formações. O formulário ficou disponível para resposta de 13 de abril a 15 de maio de 2023. Durante este período, foram respondidos 100 questionários por mulheres que já participaram ou ainda participam do projeto.

PROMOÇÃO



APOIO



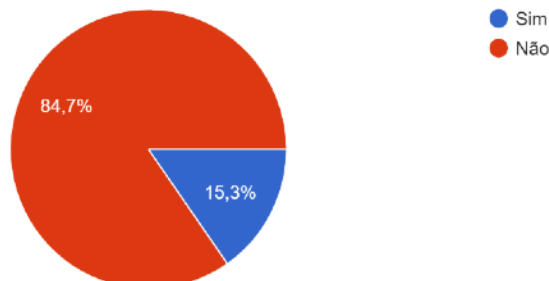


Gráfico 1 – Quantidade de mulheres submetidas a condições análogas a de trabalho escravo nos últimos 5 anos

Fonte: Dados tabulados pela autora (2023)

Das respondentes, 15,3% informaram já terem sido submetidas a condições análogas à de trabalho escravo nos últimos cinco anos. Durante grupos de discussão (MOURA, 2016) que iniciamos com algumas mulheres em abril de 2023, identificamos algumas atividades, como trabalho doméstico; cozinheira em fazendas de gado; trabalhadoras agrícolas, entre outras ocupações.

Mas a relação mais forte com o trabalho escravo contemporâneo da maioria está relacionada ao envolvimento de algum familiar com essa violação: das respondentes, 37,1% informaram que possuíam familiares nessas condições nos últimos cinco anos. Em sua maioria, pais, maridos e/ou filhos já passaram por situações de trabalho degradante, tendo sido resgatados pela fiscalização ou não.

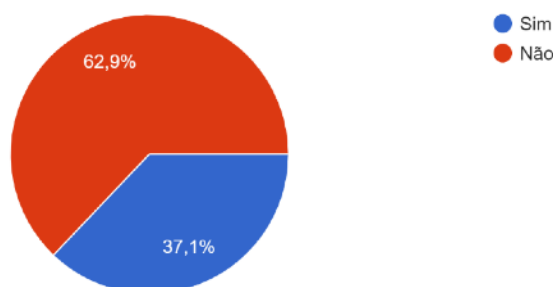


Gráfico 2 – Quantidade de mulheres que possuem alguém da família em condições análogas a de trabalho escravo nos últimos 5 anos

Fonte: Dados tabulados pela autora (2023)

Quando questionadas sobre as violações que já sofreram, a maioria das mulheres indicou pelo menos um tipo de violência vivenciada. Das respondentes, 16,5% informaram já ter sofrido violência ou assédio sexual; 14,3% violência doméstica; 13,2% trabalho infantil e 9,9% assédio moral no trabalho.

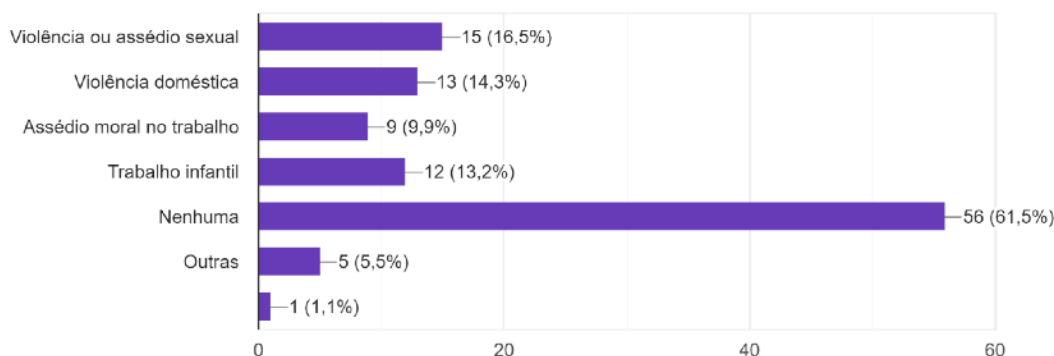


Gráfico 3 – Tipos de violência relatadas pelas mulheres

Fonte: Dados tabulados pela autora (2023)

As narrativas sobre os tipos de violência já vivenciadas pelas mulheres estão relacionadas ao processo de desnaturalização das violações resultantes da formação em educação popular e feminista junto ao projeto.

3 RESULTADOS PREMILINARES: narrativas feministas sobre trabalho escravo

Trazemos algumas reflexões preliminares à luz de autoras feministas acerca das narrativas das mulheres participantes do projeto. Quando questionadas sobre as suas condições de mulheres bem como seus lugares na sociedade, a maioria afirmou que as questões de raça (a maioria delas é negra) e de gênero são determinantes para as violações já sofridas. “Tenho certeza que já passei por tudo isso por ser mulher, pobre e negra”, afirmou uma delas.

Davis (2016) traz à tona as condições das mulheres negras no mundo contemporâneo com violências naturalizadas que remontam o tempo da escravidão colonial. Neste sentido, abusos sexuais e violência doméstica passam a ser naturalizados pois reproduzem um processo histórico patriarcal e racista.

Gonzáles (1983) trabalha com as noções de consciência e memória para entender o desconhecimento, encobrimento, alienação, esquecimento e até mesmo do saber dessas mulheres. Já Carneiro (2003) traz a necessidade de potencializar as mulheres afirmativamente através da reflexão e da ação política para se libertarem das amarras do patriarcado e do racismo.

Neste sentido, a partir de uma pedagogia feminista de educação popular sob orientação de Silva; Corrêa & Negretto (2018), as mulheres participantes do projeto começaram a indagar sobre a naturalização de suas violações e, em rodas de escuta e diálogos, trouxeram à tona experiências vivenciadas¹¹, como apresentadas a seguir:

Conquistei, a partir dessas vivências com o projeto, o meu próprio empoderamento (...). É como se antes eu fosse uma pessoa e agora outra, bem melhor e mais consciente. Também reconheci que meus filhos e marido são machistas e agora eu consigo falar sobre isso em casa e passar o que eu aprendo. Também passei a identificar o que já sofri com o trabalho pesado e nem conhecia antes que eu podia ter direitos (Informação verbal, entrevistada 1, abril de 2023)

A formação me ajudou a entender e a respeitar tudo e todas as pessoas e me fez perder o medo de conversar com as pessoas sobre o que sinto e penso. Agora, não vou mais me submeter a situações de ofensas e xingamentos no meu trabalho. Aprendi a falar sobre os meus direitos. (Informação verbal, entrevistada 2, abril de 2023)

Hoje eu consigo conversar mais com meus filhos porque só tenho filhos homens e é importante ensinar sobre os direitos das mulheres e principalmente sobre respeito. Falo sobre o machismo, sobre violência e relações abusivas. O projeto me ajuda a educar meus filhos e a compreender as coisas. Além de me sentir mais forte para enfrentar a vida e poder fazer o que eu quiser. (Informação verbal, entrevistada 3, abril de 2023)

¹¹ Os extratos de falas aqui trazidos foram recolhidos durante grupos de discussão (MOURA, 2016), realizados em abril de 2023. As entrevistadas não são identificadas nesta comunicação com o intuito de preservação de suas identidades.



Nestes relatos, é possível compreender como a pedagogia feminista já faz sentido dentro da vida dessas mulheres, provocando mudanças significativas dentro de si mesmas e ao seu redor, onde é possível trazer as lutas feministas e o próprio movimento em sim, como um movimento de olhar particular sobre o mundo e sobre as relações estabelecidas nele, com o intuito de refletir e lutar por melhorias e transformações que vem do interno ao externo. (FERREIRA, 2023)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta primeiras impressões recolhidas durante a aproximação junto a um grupo de mulheres reunidas no projeto Mulher Maravilha, em Açailândia, intermediadas pelo Centro de Defesa, localizado no mesmo município.

Envolvidas com as questões de violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil e trabalho escravo contemporâneo, essas mulheres, a partir de um processo de formação em educação popular e feminista, começam a reconhecer as violações vivenciadas e a entender melhor suas relações estabelecidas com maridos, pais e filhos, desnaturalizando as violências.

Entendemos que o processo é lento, mas que os primeiros passos estão sendo dados a partir do reconhecimento das diversas violências sofridas historicamente pelas mulheres a partir da conscientização e da memória de suas vivências (GONZALÉS, 1983).

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



FERREIRA, Yoná Luma Campos. **Por uma pedagogia feminista** – relato de experiência do projeto Mulher Maravilha, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán. Monografia defendida junto ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão, campus de Açailândia, 2021.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: SILVA, L. A. M. et al Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e outros Estudos. Brasília, ANPOCS, 1983. p. 223-44.

MOURA, Flávia de Almeida. **Trabalho escravo e mídia**: olhares de trabalhadores maranhenses, São Luís, EDUFMA, 2016.

MOURA, Flávia de Almeida; SANTOS, Jeyciane Elizabeth Sá. **Trabalho escravo e gênero**: notas sobre a invisibilidade das mulheres à luz do pensamento feminista. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende; MOURA, Flávia de Almeida; SUDANO, Suliane. Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro, Mauad X, 2022.

SILVA, Márcia Alves da, CORRÊA, Eliane Godinho, & Negretto, Carla. **Pedagogia feminista na perspectiva da educação popular com mulheres assentadas do MST**. In Revista Teoria e Prática da Educação, 20(3), 2018, 105-116.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“AMAS DE REBANHO¹²”: práticas feministas que vêm reconfigurando a organização no bumba meu boi do Maranhão

Letícia Conceição Martins Cardoso¹³

RESUMO

Este artigo reúne relatos de mulheres protagonistas da cultura popular no Maranhão - dirigentes de grupos de bumba meu boi, que participaram como copesquisadoras do projeto de pesquisa e extensão “Caminhos da Boiada: um mapeamento cultural dos grupos de bumba meu boi em São Luís em plataformas digitais”. O objetivo é refletir sobre as práticas feministas dessas líderes negras, num campo marcado pela resistência étnica e pelas lutas sociais, mas que historicamente vem atribuindo à mulher um papel secundário ou objetificado. Assim, são apresentadas as contradições no movimento do bumba meu boi que, embora constitua uma forma de emancipação popular, ainda reproduz velhas estruturas de opressão patriarcal, capitalista e colonial que legitima a exclusão social da mulher. Adotamos a epistemologia feminista, de enfoque interseccional e decolonial (HOOKS, 2018; LORDE, 2019; COLLINS, 2019) para compreender as negociações estabelecidas nesse processo.

Palavras-chave: Mulheres; Feminismo interseccional e decolonial; Bumba meu boi.

ABSTRACT

This paper collects reports from women protagonists of popular culture in Maranhão - leaders of bumba meu boi groups, who participated as co-researchers in the research and extension project “Caminhos da Boiada: a cultural mapping of bumba meu boi groups in São Luís on digital platforms”. The objective is to reflect on the feminist practices of these black leaders, in a field marked by ethnic resistance and social struggles, but which historically has given women a secondary or objectified role. Thus, the contradictions in the bumba meu boi movement are presented, which, although it constitutes a form of popular emancipation, still reproduces old structures of patriarchal, capitalist and colonial oppression that legitimize the social exclusion of women. We adopted feminist epistemology, with an intersectional and decolonial approach (HOOKS, 2018; LORDE, 2019; COLLINS, 2019) to understand the negotiations established in this process.

Keywords: Women; Intersectional and decolonial feminism; Bumba meu boi.

¹² Para este texto, ama é aquela que comanda o grupo. Rebanho se refere à comunidade do bumba meu boi, conjunto de integrantes que se identificam por laços de pertencimento a determinado boi. Sinônimo de “boiada” ou “batalhão”.

¹³ Professora Adjunta Departamento de Comunicação Social da UFMA. E-mail: leticia.cardoso@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



1. INTRODUÇÃO

Este artigo é produto de reflexões sobre os relatos, narrativas de vida (ROSENTHAL, 2014), de produtoras culturais que são líderes de grupos de bumba meu boi em São Luís do Maranhão, aqui denominadas “amas dos rebanhos”. O bumba meu boi, também conhecido como bumba-boi ou boi, é uma prática cultural constituída de saberes tradicionais, expressos em dança, música, teatro popular, festa e religiosidade, que também possui uma intensa agenda comercial e midiática, ao mesmo tempo em que atualiza seus rituais e valores ancestrais. De acordo com dados do IPHAN (2011), existem mais de 450 comunidades que promovem bumba-boi e trabalham no ciclo anual da festa (ensaios, rituais, apresentações, confecção de roupas e instrumentos). Geralmente, formadas pelas classes trabalhadoras e de forte identificação étnica negro-indígena¹⁴.

Para este artigo, realizamos um recorte do projeto de pesquisa e extensão “Caminhos da Boiada: um mapeamento cultural dos grupos de bumba meu boi em São Luís em plataformas digitais”¹⁵, cuja equipe visitou, até a finalização deste trabalho, 33 terreiros de bumba-boi em dois meses de pesquisa de campo de viés interpretativo, realizando observações, entrevistas e registros audiovisuais.

A abordagem pensada foi uma pesquisa em colaboração, que visa priorizar a interação e a produção da pesquisa com os sujeitos. Realizamos visitas às sedes de bumba-boi, possibilitando o contato dos pesquisadores com as líderes, que não são apenas informantes, mas co-pesquisadoras no trabalho. (MARQUES & GENRO, 2016).

De acordo com Lorde (2019, p.236), “não existe hierarquia de opressão”. Por isso, sentimos a necessidade de apresentar as contradições internas ao bumba meu

¹⁴ São Luís tem 69,62% da população formada por pretos e pardos. Ver último Censo do IBGE / 2022.

¹⁵ Desenvolvido pelo Grupo de Estudos Culturais no Maranhão (GECULT-MA), ligado ao Departamento de Comunicação da UFMA, em parceria com o SEBRAE-MA. O projeto, iniciado em março de 2023, vem mapeando as sedes de bumba-boi em São Luís, com registro de imagens, entrevistas e georreferenciamento.

boi como movimento social no Maranhão que, historicamente, vem enfrentando o preconceito racial e a perseguição das elites, por representar comunidades negro-indígenas, de resistência, mas que também reproduzem o machismo, o sexismo, a opressão. Parece interessante ao projeto patriarcal colonial e capitalista que membros de grupos oprimidos se lancem uns contra os outros. “Enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas” (LORDE, 2019, p.236).

A partir das interações e entrevistas com mulheres que conduzem grupos de bumba-boi, percebemos as dificuldades que elas enfrentam para ser reconhecidas e legitimadas como líderes, pela sua condição de “ser mulher”, aqui entendida como construto social e político.

A proximidade das narrativas nos apontou a reprodução de práticas opressoras das classes dominantes assimiladas no contexto da cultura popular. Por outro lado, também percebemos que algumas “amas de rebanho” vêm reconfigurando as relações de poder e produzindo sentidos mais democráticos junto aos brincantes, por meio de uma gestão cultural alicerçada em práticas feministas – ainda que elas próprias não denominem dessa maneira.

Definimos feminismo de acordo com bell hooks (2018, p.172): “um movimento para acabar com o sexismo e a opressão sexista”. Para esse propósito, a autora propõe uma política transformadora, pautada não somente em contraposição a uma dominação patriarcal, do homem contra a mulher, mas numa revolução feminista construída com amor e solidariedade.

Então, é possível ver as comunidades do bumba meu boi como um contexto político em modificação que, segundo Collins (2019, p. 285), seriam lugares institucionais em que mulheres negras podem construir suas autodefinições e que possuem uma natureza dialética da opressão e do ativismo. Enquanto a escola, a mídia, a religião, o mercado, o poder público reproduzem imagens hegemônicas controladoras da condição de mulher negra, as mulheres negras acionam redes

PROMOÇÃO



APOIO





familiares e comunitárias como espaços para se opor a tais imagens (COLLINS, 2019).

Dessa forma, iremos apresentar um breve perfil das mulheres que contribuíram com este trabalho narrando suas experiências e memórias. Em seguida, à luz de autoras feministas negras e decoloniais, contextualizaremos como tem sido o papel da mulher na cultura do bumba meu boi e em seguida buscamos identificar, como resultados preliminares da pesquisa, práticas comuns na gestão cultural dos bois pelas amas entrevistadas.

2. QUEM SÃO AS AMAS DE REBANHO?

Na linguagem popular boieira, e também na linguagem científica, de acordo com a revisão de literatura, a figura do amo é, historicamente, associada ao homem. O amo seria o proprietário da casa, que exerce a chefia, responsável por dar ordens, é o dono do boi, que muitas vezes acumula a função de cantador do grupo. Ao recuperarmos pesquisas sobre o bumba meu boi, encontramos com recorrência a figura do homem como amo, nunca de amas mulheres. Segundo o IPHAN (2011, p.143), “o amo, cabeceira, mandante, mandador e patrão” é aquele que domina “a situação do grupo como um todo, indicando a hora de parar e recomeçar o batuque e as toadas”. Vários pesquisadores, de gerações diferentes, ao mencionar os personagens (AZEVEDO NETO, 1983; CARVALHO, 1995; PAPETE, VASCONCELOS, 2015), associam a personalidade do amo à uma figura masculina e não problematizam a ausência da mulher nesse papel. Por isso mesmo, buscamos garantir a visibilidade para mulheres que alcançaram a função de amas dos rebanhos.

Até o momento, no universo de 33 grupos de boi mapeados em São Luís, identificamos que 17 são liderados por homens e 16 liderados por mulheres. Os dados empíricos indicam um relativo equilíbrio quantitativo sobre o comando desses grupos. O perfil socioeconômico das 16 mulheres que conduzem os rebanhos, de



acordo com suas declarações, é o seguinte: são mulheres pretas ou pardas, oriundas da classe proletária e de setores empobrecidos, o que apresenta correspondência com os bairros periféricos e/ou rurais em que os grupos estão localizados. De profissões variadas, entre donas de casa e secretária de cultura, observamos que das 16 amas, 9 têm instrução formal, ligada a cursos técnicos ou universitários, enquanto 7 delas tiveram escolaridade básica (ensino fundamental ou médio). Dentre as que informaram a idade, há uma variação etária entre 40 e 70 anos.

O boi constitui um fator de transformação social para essas mulheres. A exemplo de Nadir Cruz que afirma ter saído das ruas, órfã de pai e mãe, acolhida pelo Boi da Floresta, na época comandado por Mestre Apolônio, seu marido anos depois:

Eu cheguei aqui com 12 anos de idade. O boi foi o lugar onde encontrei carinho, comida, aconchego. Como eu tinha saído do orfanato Santa Luzia, eu trouxe também uma bagagem de conhecimento, habilidades que antes era dita de mulheres. No orfanato a gente era preparada pra ser uma dona de casa. Então, eu trouxe conhecimento de bordado, de costura, da questão social, que isso me chama muito a atenção e é a razão por eu estar aqui neste espaço. (Informação verbal, Nadir Cruz, abril 2023).

A prática do bumba agrega pessoas de várias gerações, crianças, jovens e velhos e todos têm um papel fundamental. Os integrantes idosos, já aposentados, considerados improdutivos para o sistema capitalista, trabalham e sentem-se úteis na coletividade do boi. É criado um espaço de mediação para os idosos, face à indiferença e à dispersão dos contextos urbanos contemporâneos (CARDOSO, 2016).

Ele (o boi) representa alegria, ele me dá força, ele me dá vontade de apresentar meu grupo lá fora pro povo. Eu fico tão satisfeita quando nós tamo brincando que somos bem aplaudidos. É uma satisfação tão grande que às vezes eu chego a chorar de tanta felicidade, de tá olhando meu trabalho valorizado. Valeu à pena o esforço que eu tive (Informação verbal, Geralda Santos, maio 2023).

As mulheres idosas sentem-se úteis na brincadeira do boi, que passa a ser uma motivação de vida, conforme relatou Geralda Santos, 67 anos, ama do Boi Brilho da União. Nos terreiros, mulheres e homens idosos são fontes de memória,



mas também dançam, cantam, tocam, rezam, fantasiam-se, produzem, junto com os mais jovens.

3. A DIVISÃO SEXUAL DE PAPÉIS NO BUMBA MEU BOI

De acordo com nossas pesquisas de campo, ouvimos que as mulheres sempre estiveram desempenhando papéis fundamentais para a viabilidade do bumba meu boi, desde seu surgimento no século XIX. No entanto, seus corpos estiveram ofuscados ou controlados pela presença dos homens. Às mulheres foram delegadas as funções dos bordados, preparação da comida nas festas, enfim, tarefas chamadas femininas, por serem ligadas ao mundo doméstico, ao espaço privado.

A divisão do trabalho proveniente das "relações sociais de sexo" reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro (SOUSA, GUEDES, 2016, p. 125).

A partir da narrativa de Leila Naiva, 53 anos, presidente do Boi de Axixá, percebemos que as relações desiguais baseadas na divisão sexual do trabalho também foram reproduzidas no contexto do bumba meu boi:

Quem dançava eram só homens... Quando eu me entendi como gente [anos 70], já tinham índias, mas eram cinco, no máximo, que dançavam. E eram índias que, na época, eram marginalizadas, que não eram 'moças', não eram virgens, aquelas mulheres que pra sociedade podiam transar. Então, só assim podiam dançar! Só que, no entanto, eu fui percebendo que as mulheres já existiam há muitos anos, desde quando o boi começou. Onde já se viu fazer uma coisa e não ter o dedo de uma mulher? Elas estavam por trás de todo o processo. A mulher estava lá, fazendo a comida, bordando, fazendo a roupa, gomando a roupa do marido pra estar bonitinha, a mutuca segurando o chapéu do marido. (Informação verbal, Leila Naiva, abril 2023).



Várias questões podem ser levantadas desse relato. A ama confirma que antigamente o boi era uma brincadeira exclusiva para brincantes homens¹⁶. Mas, que em meados dos anos 1970, já se notavam mulheres representando índias, o que era um escândalo e alvo de preconceito. No entanto, o bumba passa por um processo de atualizações e aceitação social na 2ª metade do século XX: a marginalização e preconceito racial são reelaborados em negociação conflitiva com o status de símbolo de identidade do Maranhão, em campanhas publicitárias, na programação de festas oficiais promovidas pelo poder público e tornando-se Patrimônio Cultural do Brasil (IPHAN, 2011) e da Humanidade (UNESCO, 2019). Nesse contexto, os bois sotaque de Orquestra e sotaque Alternativo¹⁷, mais integrados à lógica urbana e capitalista, vão atender às demandas de gosto das classes médias urbanas apropriando-se de conteúdos midiáticos e de outros circuitos culturais, como as escolas de samba e Bois de Parintins. Há uma tendência de embranquecimento nesses grupos, expressa na presença massiva de jovens das classes médias, especialmente como índias, escolhidas pelo critério da “beleza física” e da habilidade nas coreografias. Houve uma reelaboração do sentido de ser índia no boi. A índia não é mais a “puta”, mas continua sendo objeto de desejo do homem, expresso no apelo para uso de roupas curtas, que sensualizam o corpo das adolescentes.

Ainda há ênfase na figura masculina durante os espetáculos públicos¹⁸: a maior parte dos grupos apenas possuem cantadores homens. É raro identificarmos mulheres cantadoras como a Mestre Ana Alice da Silva, mulher negra, presidente do Boi Original, 70 anos, que afirma cantar em seu grupo “quando não tem cantador

¹⁶ Registros históricos recuperados por Martins (2020) das décadas de 1940, 1950 e 1960 sugerem a ausência de mulheres nas brincadeiras públicas de bumba-boi.

¹⁷ Sotaque é o ritmo dos bois, que representa o universo simbólico de cada grupo (roupas, instrumentos, formas de dançar e tocar). Os boieiros definem pelo menos 6 estilos de sotaques: Matraca, Baixada, Zabumba, Costa de Mão, Orquestra e Alternativos.

¹⁸ Embora as mulheres possam atualmente dançar e encenar as mais variadas personagens – vaqueiras, índias, cazumbas, caboclas de fita e de pena, instrumentistas; e ainda que alguns homens assumam, hoje em dia, atividades de artesanato e bordados, antes, atribuições de mulheres.

PROMOÇÃO



APOIO

disponível”. Mesmo reconhecida e elogiada pelas companheiras da diretoria do boi, Ana Alice relativiza sua performance: “Que nada, é só ilusão!” (Informação Oral, Ana Alice, maio 2023). E afirma haver muitas outras cantadoras a frente de grupos. Embora, os dados sinalizem outra realidade: somente uma mulher identificou-se como cantadora num universo de 33 grupos pesquisados.

A maneira como Ana Alice narrou suas recordações, evitando falar da situação de opressão e de sexismo, pode estar relacionada com vivências ou imagens atenuadas sobre o assunto. Lorde (2019, p. 244) lembra que a batalha contínua contra a supressão racial que homens e mulheres negros compartilham, levam algumas mulheres negras a não admitirem que também são oprimidas como mulheres, e que a hostilidade sexual contra mulheres negras é praticada não apenas pela sociedade branca racista, mas também dentro das comunidades negras (LORDE, 2019, p. 244). Collins (2019), por sua vez, observa que as mulheres negras costumam elaborar identidades para se empoderar. Não ficam no papel de vítimas indefesas, mas de pessoas resistentes, sobreviventes (COLLINS, 2019). As percepções das autoras norte-americanas, sobre a situação de mulheres afro-americanas nos EUA, coincidem com as falas das amas de bumba-boi em São Luís do Maranhão, num universo de conhecimento ancestral em comum: “Eu não sofro preconceito. Aqui sou eu e minha filha, mas nós somos respeitadas do menor ao maior”, afirma Ana Alice.

4 UMA FORMA FEMINISTA DE GERENCIAR A CULTURA POPULAR?

O modo de liderança das amas entrevistadas apresenta traços comuns, expressos numa maneira particular de lidar com situações adversas, que aqui, ainda provisoriamente, denominamos *práticas feministas*. Essas práticas, que são comunicativas, expressam-se nas interações, no compartilhamento de valores e ideias, no enfrentamento dos conflitos, na disposição em estabelecer relações, produzir e trocar conhecimentos, gerar reflexões e novos sentidos. São aqui

PROMOÇÃO



APOIO





consideradas feministas não tanto pela apropriação teórico-epistemológica de conteúdos por essas mulheres, mas pelos posicionamentos, atitudes e discursos que elas exercitam no cotidiano e contribuem para a desconstrução do sexismo, do racismo e do colonialismo¹⁹ dentro de suas comunidades. Nesse sentido, identificamos configurações recorrentes nas lideranças analisadas:

- a) *Esforço em dobro e reafirmação da legitimidade*: as mulheres costumam ser mais exigidas que os homens pelo grupo, como se tivessem que provar, recorrentemente, a capacidade para a liderança. É comum homens questionarem sua legitimidade, gerando conflitos e boatos na comunidade.

É muito difícil você buscar um contrato, você estar ali enquanto boi de zabumba, enquanto mulher. Às vezes, é preciso tomar uma decisão e pedir pra pessoa se retirar, quando você sente que não te respeita enquanto mulher, então, tu tem que banir logo, não deixa criar raiz. (Informação verbal, Regina Avelar, abril 2023).

Eles [os mais velhos] imaginavam que nós éramos pra estar na cozinha. Eu ouvi muito Humberto falar isso e ele quebrou esse tabu, porque a mulher precisava estar aqui. Porque a mulher é organizada, carismática e o homem, não. Tem muito homem que é brusco. E quando eu surgiu aqui, incomodou pela forma do meu trabalho. (Informação verbal, Maria José Soares, abril, 2023)

- b) *Instrução formal como ferramenta de poder*: as mulheres buscam mais instrução formal que os homens para administrar o boi. Das 16 amas, 5 fizeram curso superior. As demais têm cursos técnicos ou educação básica. Os amos, que também são mestres de cultura, não demonstraram a necessidade de estudar para se sentirem reconhecidos. As mestras, porém, apontam o estudo como uma necessidade em sua gestão:

Eu fui me destacando nesse grupo que era estritamente masculino. Aí, um dia, a Maratur pediu uma relação de brincantes. Eu vi a dificuldade que Apolônio teve, porque ele só estudou até a 3ª série primária. E tinha uma máquina datilográfica aqui. Aí eu disse: compre a folha de papel e traga as pessoas que eu vou fazer a lista. Foi a 1ª vez que eu me mostrei dentro do grupo! Isso causou um rebuliço! Eles me chamaram, disseram, olha, 'ela que fez a lista, datilografou!' 'Ahhhh, ela sabe!'. (Informação verbal, Nadir Cruz, abril 2023)

Eu acho que você estudando um pouquinho, isso vem ajudar pra você trazer o que aprendeu lá, pra melhorar isso aqui. Porque os erros que eles cometiam antigamente eu também fazia. É inadmissível, você ter uma

¹⁹ Ver sobre esses conceitos em Lorde (2019, p. 235) e Lugones (2019, p.361).



relação com o poder público, vender o seu serviço e não saber administrar o que ganhou. Aí, quando chega aqui a Equatorial corta tua luz. Então, isso aí pra mim é má gestão. (Informação verbal, Regina Avelar, abril 2023)

- c) *Herança como requisito de credibilidade*: entre as 16 amas, apenas 3 criaram a brincadeira por conta própria (Maria Júlia – Boi Oriente, Ana Alice – Boi Original e Rosa Mesquita – Boi Prometido do Anjo) e duas herdaram o brinquedo da mãe (Maria do Carmo – Boi Estrela do Oriente e Karla Rodrigues – Boi Encanto da Ilha). As outras 11 herdaram o grupo do pai ou do marido, ou seja, a alusão ao precursor, um homem, ainda é considerado um fator para adquirir a confiança do grupo. Porém, a permanência delas na liderança é resultado de sua competência:

Nós perdemos muitos brincantes mesmo, que realmente não aceitava. ‘Ela não é nem daqui, nunca nem vi, como ela chega e se aposa?’ Mas eu não me apossei. Papai era preocupado, ‘com quem vou deixar o boi que eu gosto tanto acabar?’. Aí eu disse, não vou deixar acabar. (Informação verbal, Benedita Arouche, abril, 2023).

Alguns homens achavam que por estar há mais tempo do que eu, deveria ficar nessa posição, mas lhes faltava a questão da liderança. Mas o olhar clínico de Apolônio já tinha apontado: ‘eu vou partir, mas eu fico feliz porque o meu boi vai ficar na mão de Nadir e ela que vai cuidar. Ela tem jeito pra coisa’ (...). Não éramos uma empresa como somos hoje. É uma outra via de gestão e tem dado certo (Informação verbal, Nadir Cruz, abril 2023).

- d) *Tendência à negociação, ao trabalho em rede e à descentralização*: pode ser percebida na maneira de se comunicar com o grupo, substituindo a violência física ou verbal (habitual entre homens) pelo diálogo, na solução de conflitos; no modo como as amas compartilham saberes e atribuem tarefas, visando profissionalizar os jovens; propõem decisões coletivas, em reuniões regulares:

Aquilo que aprendi, eu fui capacitando outras pessoas, aí tu tem parceiros. Tô aqui conversando e as coisas tão ali acontecendo. É uma gerência descentralizada. Eles (antigamente) por serem mestres, como eram detentor daquele saber, não passavam, meu pai era dono disso! Se tu ensinas, tu não ficas preso. E outra, pra tocar isso aqui, se não for todo mundo de mão dada não vai, não adianta! (Informação verbal, Regina Avelar, abril, 2023).

É um desafio de produção. É um trabalho de comunidade e de várias pessoas cuidando de cada coisa. Eu só, não consigo fazer. Eu faço toda a burocracia, porque não é fácil. (...) Nós não temos subterfúgio, a gente fala nas reuniões quanto foi a receita, quanto nós gastamos, se estamos

devendo. Vamos buscar algum patrocinador? A gente é muito aberto (Informação verbal, Maria José Soares, abril, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bumba meu boi constitui, além de uma significativa referência identitária para diversas comunidades no Maranhão, uma forma de atuação política popular, possibilitada pela sua dimensão comunicacional potente, que pode, entre outras coisas, ser apropriada para discutir questões de classe, de raça e de gênero no cotidiano dessas pessoas. Os bois vêm se tornando, portanto, espaços importantes de conscientização das mulheres negras, que estão (re)construindo suas autodefinições e gerando novas formas de gerenciar a cultura popular.

Identificamos pelo menos duas dimensões nesse processo de emancipação no contexto da cultura popular: a) mulheres que, embora reconheçam a presença do machismo e do racismo na sociedade maranhense, afirmam não sofrer práticas opressoras, seja para não se colocar numa posição de confronto direto com os membros do grupo, seja porque querem ser vistas como fortes e resistentes (não vítimas da situação); e b) mulheres que apresentam explicitamente discursos feministas e que reconhecem as opressões vividas, utilizam da fala para sensibilizar outras mulheres. Ambas as práticas são consideradas feministas, pois compartilham a luta para acabar com a opressão sexista, mas com táticas diferentes.

“Na consciência coletiva das mulheres negras, o silêncio não deve ser interpretado como submissão”, lembra Collins (2019, p. 272). Assim, tanto as amas que se narram fortes e silenciam sobre as opressões machistas, quanto as amas que narram as violências sofridas e trocam experiências sobre isso, são imagens empoderadas e de representatividade para as mulheres negras da periferia, ligadas ou não ao bumba-boi, que geram reflexão e mudança de posturas sobre a igualdade de gênero nas comunidades pesquisadas.

Referências

PROMOÇÃO



APOIO



AZEVEDO NETO, A. Bumba meu boi no Maranhão. São Luís: Ed. Alcântara, 1983.

CARDOSO, L. C. M. As mediações no Bumba meu boi do Maranhão: uma proposta metodológica de estudo das culturas populares. 2016. 268 f. Tese. (Doutorado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: DE HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FERRETTI, S. O bumba meu boi do Maranhão. In: PAPETE; VASCONCELOS, M. **Os senhores cantadores, amos e poetas do bumba meu boi do Maranhão**. São Paulo: IPSIS, 2015.

hooks, b. **Feminismo: uma política transformacional**. In: BAPTISTA, Maria. M. (org.). **Gênero e Performance. Textos essenciais**. v. 1. Coimbra, 2018.

IPHAN (São Luís, MA). **Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão**. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil. São Luís: 2011. (versão digital) São Luís: Iphan/MA, 2011. 210 p.

LORD, A. Não existe hierarquia de opressão. In: DE HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORD, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: DE HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARTINS, C. C. S. **Bumba meu boi e festas populares na ilha do Maranhão: entre negociação e conflito (1885-1920)** (Tese de Doutorado). UFF: Niterói, 2020.

MARQUES, P. M.; GENRO, M. E. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. **Estudos Sociológicos**. Araraquara v.21 n.41 p.323-339 jul.-dez. 2016.

ROSENTHAL, G. História de vida vivenciada e história de vida narrada A interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas Porto Alegre* v. 14 n. 2 p. 227-249 maio-ago. 2014

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30 (87). Maio-Ago, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>

Entrevistas:

Entrevista concedida para esta pesquisa por AVELAR, Regina. São Luís: 08.04.23.

Entrevista concedida para esta pesquisa por AROUCHE, Benedita. São Luís: 08.04.23.

Entrevista concedida para esta pesquisa por CRUZ, Nadir. São Luís: 08.04.23.

Entrevista concedida para esta pesquisa por NAIVA, Leila. São Luís: 29.04.23.

Entrevista concedida para esta pesquisa por SANTOS, Geralda. São Luís: 13.05.23.

Entrevista concedida para esta pesquisa por SILVA, Ana Alice. São Luís: 07.05.23.

Entrevista concedida para esta pesquisa por SOARES, Maria José. São Luís: 22.04.23.

PROMOÇÃO



APOIO